

<b>Assunto:</b> Professor decide rumo da greve hoje	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Capa	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 27/04/2015

**jornal do  commercio**

---

# Professor decide rumo da greve hoje

Paralisação na rede estadual já dura 15 dias, mesmo após a Justiça determinar volta às aulas. Assembleia da categoria será às 14h. [👉 página 10](#)

<b>Assunto:</b> Dia D para os professores	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 10	<b>Data:</b> 27/04/2015

**jornal do**  **commercio**

# Dia D para os professores

**ENSINO PÚBLICO** Categoria decide hoje se continua em greve que já dura 15 dias. Assembleia será à tarde, no Clube Português



**MOBILIZAÇÃO** Professores do Estado fizeram protestos e sinalizam manutenção da greve

**E**m greve há 15 dias, professores da rede estadual realizam hoje à tarde mais uma assembleia para avaliar o movimento e definir se continuam ou não a paralisação, que começou no dia 13. A reunião será a partir das 14h, na quadra do Clube Português, bairro das Graças, Zona Norte do Recife. A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) vai defender a manutenção da greve. Estudam nas escolas estaduais cerca de 650 mil alunos. São 49.816 docentes: 23.165 ativos e 26.651 aposentados.

“A categoria permanece muito indignada, apesar de um pequeno refluxo nas escolas. O grau de revolta aumentou ainda mais nos últimos dias quando os professores conferiram seus contracheques e verificaram os descontos dos dias de greve”, destaca o presidente do Sintepe, Fernando Melo. “Não faz sentido acabar a greve se não temos nenhuma proposta do governo, não temos o que avaliar”, complementa.

Segundo ele, os valores descontados variam de R\$ 50 a R\$ 1.500. O docente que não aderiu ao movimento receberá salário quarta-feira. Aqueles que participam da paralisação só terão o vencimento depositado em conta no dia 5 de maio.

Professor da Escola de Referência em Ensino Médio João Rodrigues de Carvalho, em Escada, Zona da Mata, Luís Carlos Lins disse que terá R\$ 687 a menos no mês de abril. “O governador Paulo Câmara vai descontar R\$ 687 do meu salário porque exijo um direito previsto em lei, apenas por querer ser reconhecido como profissional”, comenta Luís.

A principal reivindicação dos mestres é o reajuste de 13,01% do piso salarial do magistério para toda a categoria. Lei aprovada pela Assembleia Legislativa no dia 31 de março concedeu esse percentual apenas para professores com nível médio (antigo magistério). Além do desconto dos dias parados, o governo estadual anunciou que vai transferir docentes das escolas de referência para colégios regulares. Cinco profissionais já procuraram o Sintepe para denunciar que haviam sido removidos.

“Essa medida fere o Estatuto do Magistério”, assegura Fernando Melo. A deputada estadual Teresa Leitão, que já presidiu o Sintepe, entrou com representação junto ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra o governo estadual por causa dessas remoções. Para ela, uma remoção “sem a devida justificativa para a necessidade do serviço público é retaliação”. A deputada pede que o MPPE notifique o Estado para suspender a medida.

## ILEGALIDADE

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco pode julgar hoje o pedido do governo de considerar a greve ilegal. A Justiça determinou a suspensão da paralisação, medida que vem sendo descumprida por parte da categoria. Por cada dia de descumprimento da ordem judicial, o Sintepe vai pagar multa de R\$ 80 mil. A última greve dos docentes foi em 2009 e durou 23 dias. O Estado já anunciou que só negocia quando a categoria voltar ao trabalho.

<b>Assunto:</b> OAB-PE promete protocolar hoje recurso contra reeleição de Guilherme Uchoa	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b> rápidas
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 27/04/2015

**jornal do  commercio**


## **OAB-PE promete protocolar hoje recurso contra reeleição de Uchoa**

O polêmico quinto mandato consecutivo do deputado Guilherme Uchoa (PDT) para a presidência da Alepe ganha um novo capítulo hoje. Até às 18h, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, entrará com um recurso na Corte Especial do Tribunal de Justiça (TJPE) para reverter a queda da medida liminar dada pela juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública do Recife, Mariza Silva Borges. Ela havia acatado a ação civil ajuizada pela OAB-PE e determinado o afastamento do parlamentar do cargo. A liminar também afetava o deputado Eriberto Medeiros (PTC), o 4º secretário da Alepe, reeleito para o mesmo cargo duas vezes. Na ação, protocolada em fevereiro, a OAB-PE alegou inconstitucionalidade das duas reeleições com base na Emenda Constitucional Estadual nº 33/2011, que proíbe que um parlamentar seja reconduzido ao mesmo posto mais de uma vez.

<b>Assunto:</b> Concurso de delegados é suspenso	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Capa	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 25/04/2015

**jornal do  commercio**

# Concurso de delegados é suspenso

Certame que ocorreria  
amanhã foi suspenso pela  
Justiça após candidata  
questionar procedimentos de  
escolha da banca.  economia 3

<b>Assunto:</b> Liminar suspende concurso para delegados	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia - Chamada	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 24/05/2015

**jornal do  commercio**

⇒ **Liminar** suspende  
**concurso** para  
**delegado**

3



<b>Assunto:</b> Liminar suspende concurso para delegado	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 25/04/2015

**jornal do  commercio**

# Liminar suspende concurso

JUSTIÇA Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Évio Marques, questiona procedimento da seleção para delegados, que dispensou licitação

**A**s provas do concurso para delegado de polícia de Pernambuco, que contava com 24.967 inscritos e ocorreriam neste domingo (26), foram suspensas.

O Governo do Estado informou, através de nota, que a suspensão foi realizada em virtude da liminar concedida em ação cautelar pelo Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Évio Marques. Os exames permanecem suspensos até o desfecho da referida demanda judicial.

O magistrado foi favorável ao pedido de liminar apresentado por uma das candidatas, que denunciou irregularidades na dispensa do processo de licitação da Secretaria de Defesa Social do Estado para contratação da banca organizadora.



A decisão do juiz questiona o procedimento utilizado pela SDS para realização do certame, já que a licitação para escolha da organizadora teria sido aberta através de pregão eletrônico, e além do Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe), mais duas empresas teriam apresentando propostas. No entanto, apenas a Iaupe teve a proposta aprovada, sendo as demais rejeitadas pela comissão.

“A comissão do concurso afastou a Cetro – empresa que tinha apresentado a menor proposta de taxa de inscrição – tendo em vista as notícias veiculadas em jornais de grande circulação que fazem referência à má condução na realização de certames pretéritos. Nesse contexto, com igual razão, a Iaupe não deveria ser a escolhida para condução do certame, máxime porque a segurança de seu trabalho é sobremaneira questionável. Urge ressaltar que não se está punindo antecipadamente a Iaupe ou os concurreis, mas apenas resguardando seus interesses”, apresenta a decisão.

Após a dispensa das outras bancas, e sem concorrentes no pregão eletrônico, a SDS teria decidido realizar a dispensa da licitação embasada nos termos do inciso XIII, do art. 24 da Lei de Licitações. Entretanto, a mesma lei determina que os processos de licitação só podem ser dispensados caso a empresa contratada seja brasileira, sem fins lucrativos, apresente inquestionável reputação ético-profissional e tenha como objetivo estatutário-regimental, a pesquisa, ensino ou o desenvolvimento institucional.

Tendo em vista que o Iaupe foi a empresa organizadora do concurso público fraudado da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte do Ipojuca (AMTTRANS), para o juiz, no momento, a banca em questão não dispõe da inquestionável reputação ético-profissional exigida pela legislação nesse caso.

“A primeira fase do concurso está prevista para o dia 26.04.2015, logo não é razoável a realização desta fase sem que a insegurança destacada seja superada, sobretudo porque, após a realização de alguma etapa, vários candidatos criam alguma expectativa em relação à continuidade do certame. Assim, resta caracterizar o perigo de dano. Igualmente, não há o perigo de dano inverso, isso porque a medida cautelar está sendo determinada tão somente para promover a suspensão do concurso”, afirmou o juiz Évio Marques, que também estipulou uma multa no valor de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da medida.

A assessoria do Iaupe não foi localizada.

<b>Assunto:</b> Greve dos Professores	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção:</b> educação/Margarina Azevedo
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 25/04/2015

# jornal do commercio

## Mais temporários

Governador Paulo Câmara afirmou que poderá chamar professores temporários para suprir a falta dos docentes em greve. Se fizer, aumentará ainda mais a quantidade de contratos provisórios nas escolas estaduais. Já somam 17.530 (43% do corpo docente).

## Não é verdade

Nota do governo estadual divulgada nas rádios diz erradamente que a greve dos professores é ilegal. A Justiça determinou a suspensão da paralisação. A legalidade não foi julgada. Será apreciada pela Corte Especial do Tribunal de Justiça, talvez 2ª feira.

<b>Assunto: Justiça: Concurso para delegado da Polícia é suspenso</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Capa</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 25/04/2015</b>





<b>Assunto: Justiça: Concurso para delegado da Polícia é suspenso por liminar</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Cotidiano</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 25/04/2015</b>



# Mais de 24 mil pessoas estão inscritas no certame

## Concurso para delegado é suspenso por liminar

■ **PROVAS** seriam realizadas amanhã. Nova data será definida após desfecho à referida demanda judicial

MARÍLIA NEVES  
do Blog dos Concursos

O concurso público para o cargo de delegado da Polícia Civil do Estado de Pernambuco (PCPE), que seria realizado amanhã por 24.967 inscritos, foi suspenso em virtude de uma liminar concedida, em ação cautelar, pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Évio Marques. Por meio de uma nota, o Governo de Pernambuco informou que as provas serão realizadas em data a ser definida, após desfecho à referida demanda judicial. O advogado Rodrigo Almendra, especialista em certames públicos, foi o responsável por impetrar a liminar a pedido de uma cliente, candidata no processo seletivo. O objetivo da medida, segundo ele, é prevenir possíveis fraudes na avaliação.

O Instituto de Apoio a Uni-



Hesiodo Góes/Arquivo Folha

ADVOGADO Rodrigo Almendra impetrou a liminar a pedido de uma candidata

### Folha resume

Ainda não foi definida uma nova data para a realização do concurso público para delegado da Polícia Civil do Estado de Pernambuco (PCPE). O certame foi suspenso ontem em virtude de uma liminar concedida, em ação cautelar, pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Évio Marques.

### Saiba mais

**CONCURSO** - O certame oferece 100 vagas para a função, que exige graduação no Curso de Direito de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). A remuneração inicial para a categoria é de R\$ 9.069,81.



versidade de Pernambuco (Iaupe/Conupe) é o responsável por organizar a seleção pública. Recentemente o Iaupe foi citado na Operação Mercador, da PCPE, que investiga fraude no concurso da Prefeitura de Ipojuca, no Litoral Sul. A polícia acredita, no entanto, que a banca era vítima nesse processo, pois não há indícios de sua participação no esquema até aquela data.

A Associação dos Delegados da PCPE (Adeppe) já havia ingressado com um pedido de representação junto ao Ministério Público (MPPE) por acreditar que a banca não tem conhecimento técnico para elaborar uma prova para

## O concurso foi suspenso por suspeita de irregularidades em relação à banca examinadora. O argumento utilizado pelo magistrado é a utilização da cautela e visa evitar fraudes”

Rodrigo Almendra, advogado especialista em certames públicos

um cargo tão importante.

“O concurso foi suspenso por suspeita de irregularidades em relação à banca examinadora. O argumento utilizado pelo magistrado é a utilização da cautela e visa evitar fraudes”, afirmou Almendra. Para o jurista, não há como prever se outra organizadora será escolhida

para planejar o certame. “É cedo para falar”, declarou.

Segundo o coordenador do Conupe, Glêdston Emericiano, o Iaupe continua trabalhando como se o certame fosse ocorrer. “A decisão foi realizada por meio de uma liminar, que ainda pode ser derrubada já que ela é passível de

cancelamento. Certamente, a Secretaria de Defesa Social (SDS) irá tentar manter o concurso. Estamos dando continuidade a esse trabalho, treinando e orientando a fiscalização como se nada tivesse ocorrido”, declarou.

A decisão afirma que o procedimento de dispensa de licitação para contratação da empresa responsável pela condução do concurso “é assaz questionável, visto que não é possível confirmar se os ofícios destinados a organizadoras de renome nacional, de fato, foram enviados, pois não há qualquer comprovação nos autos do processo de dispensa que isso ocorreu”.

<b>Assunto: Recurso: OAB ataca novamente</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Política</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 6</b>	<b>Data: 25/04/2015</b>



## ► RECURSO

# OAB ataca novamente Uchoa

A guerra entre a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e o chefe do Legislativo estadual, deputado Guilherme Uchoa (PDT), promete esquentar. O presidente da OAB, Pedro Henrique Reynaldo Alves, anun-

ciou, ontem, que na segunda atacará a decisão monocrática do presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, de ter reconduzido o pedetista à presidência derubando a liminar da juíza Mariza Borges. “Vamos recorrer.

Meu jurídico está preparando o recurso e na segunda vamos apresentar”, avisou Pedro Henrique. E desta vez, a ordem dos terá uma carta na manga que será usada contra o parlamentar.

“O recurso será pautado na

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já reconheceu que em temas de elegibilidade a lei opera respeito retrospectivo e não retroativo. Portanto, as questões de inelegibilidade são aplicadas de imediato”, disse.

<b>Assunto: OAB x Guilherme Uchoa</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Últimas Notícias</b>	<b>Seção: fogo cruzado/ Inaldo Sampaio</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 25/04/2015</b>



■ JUSTIÇA - A juíza Mariza Borges deverá julgar no próximo mês de maio o mérito da Ação Civil Pública da OAB pedindo o afastamento de Guilherme Uchoa (PDT) da presidência da Alepe.



**Assunto: Imóveis especiais: MPPE cobra relação**

**Veículo: Folha de Pernambuco**

**Editoria:**

**Seção:**

**Página:**

**Data: 24/04/2015**

**FOLHA**  
DE PERNAMBUCO

Gestão está analisando os que têm potencial para ser IEP

# Imóveis especiais: MPPE cobra relação

**ÓRGÃO** ingressou com pedido de liminar contra a Prefeitura do Recife exigindo a lista dos mais de 400 bens

MARCÍLIO ALBUQUERQUE

Mais de 400 imóveis ainda aguardam por reconhecimento do valor histórico e arquitetônico na Capital. O apontamento é feito pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que ingressou com um pedido de liminar contra a Prefeitura do Recife pelo descumprimento à decisão judicial, defendida já há cinco meses, exigindo o pagamento de uma multa diária de R\$ 5 mil. De acordo com o órgão, apesar de já identificados, os casarões e prédios antigos ainda não foram elevados à categoria de Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), estando suscetíveis a demolições ou reformas que podem descaracterizá-los.

"Chegam até nós, todos os dias, notícias de unidades de grande valor sendo vendidas ou destruídas. Precisamos impedir que esses bens sejam demolidos", declarou o promotor Ricardo Coelho, à frente da medida. Além de solicitar que o processo de tombamento co-

mece imediatamente, a ação civil pública requisita a proteção desses imóveis até que todos sejam preservados por lei. "É um procedimento complexo, que tem que passar por várias comissões da Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores antes de se tornar realidade. O caso não tem recebido a devida importância e já se arrasta desde novembro. Não podemos mais esperar", complementou. O representante do MPPE acrescentou que foi pedido que a Prefeitura do Recife divulgasse a lista que contém todos os imóveis que podem ser categorizados como IEP.

Procurada pela Folha, a Secretaria de Assuntos Jurídicos da PCR informou que protocolou petição, no dia 9 de fevereiro, junto à 7ª Vara da Fazenda Pública Municipal, esclarecendo que a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPCC) encontra-se analisando alguns imóveis com potencialidade para serem definidos como Imóveis Especiais de Preservação (IEP), inclusive com a atualização dos dados necessários para a formulação de um estudo técnico conclusivo. A Prefeitura não comentou o pagamento da multa estabelecida. Mas informou que a relação dos imóveis representa apenas uma pré-seleção, sendo, portanto, inconclusiva para qualquer efeito legal.



**DOIS IMÓVEIS** foram incluídos neste ano na lista de IEPs pelo CDU, um deles o casarão na Estrada do Arraial

## EDIFICAÇÕES

Uma casa modernista do bairro de Pamamirim e um palacete de arquitetura eclética de Casa Amarela, na Zona Norte, foram os mais recentes exemplares a receber a espécie de selo de preservação, em fevereiro deste ano. A inclusão foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), em reunião do colegiado, pas-

sando a totalizar 162 unidades. "A cobrança se faz imediata, frente ao acelerado processo de desenvolvimento da cidade. Estamos falando de prédios que pertencem a memória afetiva dos recifenses, não podendo ser fadados ao abandono", concluiu Coelho, alertando que pretende promover audiências públicas para apresentar o problema a sociedade.

## Folha resume

O Ministério Público denuncia que a Prefeitura do Recife estaria descumprindo uma determinação judicial, emitida há cinco meses, para informar ao órgão a lista de 415 edificações que devem ser transformadas em Imóveis Especiais de Preservação (IEP). Segundo a PCR, o processo ainda está em análise.

Bruno Campos

## Saiba mais

**IMBRÓGLIO** - O processo envolvendo os Imóveis Especiais de Preservação foi distribuído para a 7ª Vara da Fazenda Pública, sendo recebido pelo juiz Airtton Mozart Pires. O magistrado decidiu que a PCR tinha que entregar ao MPPE, em cinco dias, a lista desses imóveis, com informações pertinentes, incluindo proprietários e processos perante órgãos técnicos municipais.



<b>Assunto:</b> Menção ao Tribunal de Justiça de Pernambuco	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> a10	<b>Data:</b> 26/04/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

REPRODUÇÃO DA INTERNET

**LUTO**

### O adeus ao fotojornalista Narciso Lins

Será enterrado, no final da manhã deste domingo, o corpo do fotojornalista Narciso de Melo Lins, que faleceu, aos 68 anos, no Hospital São Salvador, em Olinda, na manhã de ontem. Ele foi vítima de complicações decorrentes de um efisema pulmonar. O profissional atuou no **Diário de Pernambuco**, onde fez coberturas históricas, incluindo visitas de presidentes, além de ter trabalhado no *Jornal do Commercio*, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça de Pernambuco. Narciso era de uma família de 28 irmãos e deixa a esposa, Edna, e três filhos: Narciso, Eline e Tarci-so. O sepultamento de Narciso Lins será realizado no Cemitério de Santo Amaro, no Recife. Amigos lamentaram a morte do companheiro de profissão. "Ele era uma pessoa da melhor qualidade, de um humor fora de série, de um caráter imensurável, companheiro, amigo, profissional excelente, cuidadoso e preocupado com os amigos, com a natureza e os animais", disse Graça Prado.



<b>Assunto:</b> Concurso para delegado sem data para ocorrer	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> a10	<b>Data:</b> 26/04/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Concurso para delegado sem data para ocorrer

**Provas estavam marcadas para hoje em Pernambuco, porém uma liminar provocou a suspensão do certame. Governo do estado preferiu não contestar**

**A**s provas de conhecimentos do concurso para delegado, previstas para este domingo, continuam suspensas, por força de uma liminar concedida em ação cautelar do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública. De acordo com o procurador geral do estado, Antônio César Caúla Reis, o governo do estado não contestou o conteúdo da liminar e mais definições sobre a seleção pública só serão conhecidas ao longo desta semana. O posicionamento do estado visou garantir que os candidatos que cancelaram viagens ou deixaram o estado ao saber da notícia da suspensão, na última sexta-feira, não fossem prejudicados pela manutenção do exame hoje.

O Ministério Público de Pernambuco deve acompanhar o caso, cujo início teve relação com denúncias da

Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe) sobre possíveis irregularidades no certame, inclusive na dispensa de licitação que nomeou o organizador do concurso, o IAUPE, que não previu, inclusive, qualquer participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), como em casos anteriores.

A denúncia das possíveis irregularidades foi formalizada no último dia 10 de abril e está sendo acompanhada de perto pelo promotor Mavial de Souza Silva, coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público.

### IRREGULARIDADES NO CONCURSO FORAM DENUNCIADAS NO DIA 10 DE ABRIL

De acordo com o presidente da OAB, seccional Pernambuco, Pedro Henrique Reynaldo Alves, a participação da entidade visa garantir que o concurso para ingresso na carreira de delegado esteja cercado de todas as garantias de idoneidade e transparência.

### Lisura

"A ausência de convite de participação da OAB no certame, como é de costume, é de se lamentar, mas não constitui, por si só, em ilegalidade. Acompanharemos os



WIKIMEDIA COMMONS

### + saiba mais

100 vagas estão sendo oferecidas no concurso	R\$ 9069,81 é o salário inicial dos profissionais
25 mil candidatos aproximadamente estão inscritos	R\$138 foi o valor da taxa de inscrição
420 é o número de delegados na ativa em Pernambuco	26 de abril seria a data da primeira etapa do concurso
50 é o déficit de delegados no estado	<b>Fontes:</b> Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (Adeppe) e Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco

desdobramentos do concurso velando por sua lisura", afirmou Pedro Henrique Reynaldo Alves, em nota oficial divulgada à imprensa.

O concurso foi lançado para o preenchimento de 100

vagas de delegado, com carga horária de 40 horas semanais e salários de R\$ 9.969,81. Não há previsão ainda de uma nova data para a realização do certame em Pernambuco.



<b>Assunto: Delegados: Fraude suspende concurso</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Capa</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 25/04/2015</b>

**DIÁRIO** de **PERNAMBUCO**

**Delegados**

# FRAUDE SUSPENDE CONCURSO

Cerca de 25 mil candidatos foram surpreendidos com a suspensão do concurso público para delegados da Polícia Civil de Pernambuco, que aconteceria amanhã. A Segunda Vara da Fazenda Pública atendeu ao pedido de uma candidata e concedeu a liminar diante de indícios de fraude no processo de licitação da empresa organizadora do concurso. Existem 100 vagas disponíveis com salário de R\$ 9 mil.

LOCAL A4

**Assunto: Concurso para delegados sem data para ocorrer**

**Veículo: Diário de Pernambuco**

**Editoria: local**

**Seção:**

**Página: A4**

**Data: 25/04/2015**

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Justiça suspende concurso

**Provas da seleção para delegado não serão mais aplicadas amanhã porque há suspeita de fraude na escolha da organizadora**

**WAGNER OLIVEIRA**  
wagneroliveira.pe@dabr.com.br

**U**ma liminar concedida pela Segunda Vara da Fazenda Pública suspendeu a realização das

provas do concurso público com 100 vagas para delegados da Polícia Civil, que seriam aplicadas amanhã. A suspensão da primeira etapa do certame pegou de surpresa os cerca de 25 mil concorrentes inscritos. O pedido foi feito por uma candidata e acatado pela Justiça ontem à tarde, devido à existência de indícios de fraude no processo de licitação para escolha da organizadora do concurso.

A ação cautelar impetrada afirma que "o procedimento de dispensa de licitação para contratação da empresa responsável pela condução do concurso para o cargo de de-

legado de polícia do estado de Pernambuco é assaz questionável, visto que não é possível confirmar se os ofícios destinados a organizadoras de renome nacional, de fato, foram enviados, pois não há qualquer comprovação nos autos do processo de dispensa que isso ocorreu". A seleção está sendo organizada pelo Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe).

Muitos candidatos de outros estados e de cidades pernambucanas distantes do Recife se

frustraram com a notícia. A servidora pública Amanda Araújo viajou sete horas de carro de Belém do São Francisco ao Recife. Ela soube da suspensão quando estava em Caruaru, mas resolveu seguir na esperança de que hoje seja tomada uma decisão contrária à medida cautelar. "Creio que a prova poderia ter sido mantida, para depois se resolver essa questão judicial. Há candidatos que vieram do Acre e gastaram R\$ 9 mil", disse.

O presidente da Adeppe, Francisco Rodrigues, defende a abertura de novo processo licitatório para a escolha da organizadora. "Essa empresa



### + saibamais

100 vagas estão sendo oferecidas no concurso

25 mil candidatos aproximadamente estão inscritos

420 é o número de delegados na ativa em Pernambuco

50 é o déficit de delegados no estado

R\$ 9.069,81 é o salário inicial dos profissionais

R\$ 138 foi o valor da taxa de inscrição

26 de abril seria a data da primeira etapa do concurso

Fontes: Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (Adeppe) e Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco

não tem condições de realizar um concurso com segurança", apontou Rodrigues.

Além de suspender a aplicação das provas, o juiz Évio Marques da Silva fixou multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. "Urge ressaltar que não se está punindo

o antecipadamente a laupe ou os 'concurseiros', mas apenas resguardando seus interesses", relata a decisão.

Procurado pelo Diário, o laupe afirmou que o quem poderia falar sobre o caso era o governo do estado. A Secretaria de Defesa Social (SDS)

divulgou uma nota informando sobre a suspensão do concurso e acrescentando que "as provas serão realizadas em data a ser definida, após desfecho à referida demanda judicial."

O salário para aprovados é de R\$ 9.069,81, com jornada de



**“** Paguei 1,4 mil de passagens aéreas e mais de R\$ 340 de duas diárias de hotel para ficar no Recife. Moro no Rio de Janeiro e fiquei sabendo na tarde desta sexta-feira que a prova havia sido suspensa. Não irei mais viajar. Isso é um absurdo.”

**Antônio Paolo Guglielme Montana, advogado**

### assista



**TV Clube/Record** traz matéria sobre a suspensão do concurso



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

40 horas semanais. Para concorrer, os candidatos devem ter nível superior em direito. O certame é composto por prova objetiva e discursiva (que seriam feitas domingo), teste de capacidade física, avaliação psicológica, exame médico e investigação social.



<b>Assunto: Sob pressão do governo, professores realizam assembleia decisiva nesta segunda</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



mais de 15 dias de greve

## Sob pressão do governo, professores realizam assembleia decisiva nesta segunda



*Professores cruzaram os braços em busca de reajuste salarial. Foto: JC Imagem*

A greve dos professores, que já dura quase 20 dias, chega esta semana a um momento decisivo. As punições prometidas pelo governo de Pernambuco começaram a ser cumpridas e os docentes realizam nova assembleia, nesta segunda-feira (27), no Clube Português, para planejar os rumos do movimento.

Aqueles que aderiram à paralisação começam a sentir os efeitos no bolso. Outros já receberam comunicados informando as transferências das escolas de referência para unidades regular. Com isso, os professores também perdem no salário. Os que lecionam nas escolas de referência ganham duas vezes o salário-base.

A deputada estadual Teresa Leitão (PT), inclusive, entrou com uma representação no Ministério Público do Estado (MPPE) contra o governo estadual por conta das remoções dos professores que participam da greve da Rede Estadual de Ensino.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, em conversa com o Blog, explicou que não tem o número oficial de professores que foram afastados, mas disse que foi procurado por cinco docentes.



*Professores fizeram protestos nas cidades em que o governador Paulo Câmara tinha agenda no interior.*

*Foto: Franco Benites/Jornal do Commercio.*

“Diante disso, nós entramos na Justiça com um mandado de segurança para nos contrapormos às medidas punitivas adotadas pelo governo. Entramos no dia 15, mas ainda não foi julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Se essa nossa ação for julgada procedente, todas as medidas punitivas do governador perdem o efeito”, disse o presidente do Sintepe.

Os descontos nos contracheques dos grevistas também já vieram. Não há um valor exato, explica Fernando Melo, o corte depende da quantidade de faltas e da carga horária do docente.

“Já recebi informações de gente que teve desconto de até R\$ 1,5 mil, professores da Escola de Referência”, comentou.

Em contato com o Blog, o professor Luís Carlos Silva Lins, da Escola de Referência Monsenhor João Rodrigues de Carvalho, em Escada, já viu o desconto no contracheque.

“Venho a público denunciar o governador Paulo Câmara pelo desconto de R\$ 687 no meu salário do mês de abril, apenas porque exijo um direito previsto em lei, apenas por querer ser reconhecido como profissional”, disse o docente, por e-mail. “Quando estiver fazendo compras, pagando minhas contas, reunido com minha família, lembrarei do senhor, governador”, desabafou.

O calendário de pagamento também sofreu alterações. Docentes que não aderiram à paralisação recebem na próxima quarta (29). Os grevistas só terão o pagamento no dia 5 de maio, após o feriadão, e com os descontos.

**DEFINIÇÕES** – Questionado sobre os rumos da greve, Fernando Melo antecipou que esta segunda será um dia decisivo. “Vamos avaliar como nós vamos amanhecer, a disposição da categoria e também a participação do pessoal na assembleia”, explicou.

“Porém o sentimento que captamos dos professores até sexta é que existia muita revolta com o governo. Um sentimento de muita força, muita fibra e o pessoal disposto a continuar, porque o pessoal se sente traído pelo governo”, afirmou Fernando.

Para a diretoria do sindicato, não há clima ou motivo para o movimento ser encerrado amanhã. “A gente vai sair pior do que entrou? Entramos para melhorar a situação e não vamos sair pior. Esperamos, com muita sinceridade, que o governo apresente propostas”, disse o representante da categoria.



*Alunos da rede estadual fazem atos de apoio aos professores. Foto: divulgação/WhatsApp #EuApoio.*

**RELEMBRE** – Os profissionais deflagraram a greve em 10 de abril. Eles reivindicam a extensão do reajuste de 13,1%, previsto pelo piso nacional do magistério, para toda a

categoria. Lei aprovada pelos deputados estaduais concede o aumento apenas aos professores com nível médio.

De acordo com levantamento feito pelo sindicato, 60% das escolas aderiram à paralisação no Estado. Já segundo dados divulgados na última sexta pela Secretaria de Educação, apenas 7% das escolas (72) aderiram totalmente à paralisação. Além disso, 57% (599 escolas) não paralisaram as atividades, enquanto 36% (374 unidades) paralisaram parcialmente e 7% (72 escolas).

Em nota, a Secretaria de Administração diz que foram contabilizadas 37.688 faltas, até o último dia 20, número que será descontado da folha de pagamento dos grevistas, em cumprimento à Portaria Conjunta SAD/SEE nº 15.465 de 08 de abril de 2015.



*Paulo Câmara não descarta convocação de temporários. Foto: SEI*

**TEMPORÁRIOS** – Na agenda do Todos por Pernambuco, na última sexta-feira (24), o governador Paulo Câmara pregou um entendimento com a categoria, mas disse que já pensa em recorrer a temporários caso a paralisação se estenda. “Se for o caso, vamos contratar professores para que os alunos não sejam prejudicados”, disse.



<b>Assunto: Fraude: suspenso concurso para delegado</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno Martins	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Fraude: suspenso concurso para delegado**

Do Diário de Pernambuco - Wagner Oliveira

Uma liminar concedida pela Segunda Vara da Fazenda Pública suspendeu a realização das provas do concurso público com 100 vagas para delegados da Polícia Civil, que seriam aplicadas amanhã. A suspensão da primeira etapa do certame pegou de surpresa os cerca de 25 mil concorrentes inscritos. O pedido foi feito por uma candidata e acatado pela Justiça ontem à tarde, devido à existência de indícios de fraude no processo de licitação para escolha da organizadora do concurso. A seleção está sendo organizada pelo Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe).

Muitos candidatos de outros estados e de cidades pernambucanas distantes do Recife se frustraram com a notícia.

O presidente da Adeppe, Francisco Rodrigues, defende a abertura de novo processo licitatório para a escolha da organizadora. “Essa empresa não tem condições de realizar um concurso com segurança”, apontou Rodrigues.

Além de suspender a aplicação das provas, o juiz Évio Marques da Silva fixou multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. Procurado pelo Diário, o Iaupe afirmou que o quem poderia falar sobre o caso era o governo do estado.

O salário para aprovados é de R\$ 9.069,81, com jornada de 40 horas semanais. Para concorrer, os candidatos devem ter nível superior em direito. O certame é composto por prova objetiva e discursiva (que seriam feitas domingo), teste de capacidade física, avaliação psicológica, exame médico e investigação social.

<b>Assunto: OAB ataca novamente Uchoa</b>	
<b>Veículo:</b> Blog da Folha	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



JUSTIÇA

## **OAB ataca novamente Uchoa**

Da Folha de Pernambuco

A guerra entre a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e o chefe do Legislativo estadual, deputado Guilherme Uchoa (PDT), promete esquentar. O presidente da OAB, Pedro Henrique Reynaldo Alves, anunciou, ontem, que na segunda atacará a decisão monocrática do presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, de ter reconduzido o pedetista à presidência derrubando a liminar da juíza Mariza Borges.

“Vamos recorrer. Meu jurídico está preparando o recurso e na segunda vamos apresentar”, avisou Pedro Henrique. E desta vez, a ordem dos terá uma carta na manga que será usada contra o parlamentar.

“O recurso será pautado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já reconheceu que em temas de elegibilidade a lei opera respeito retrospectivo e não retroativo. Portanto, as questões de inelegibilidade são aplicadas de imediato”, disse

<b>Assunto: TJPE realiza mais de 200 juris em Semana Nacional</b>	
<b>Veículo:</b> CNJ	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## TJPE

Tribunal pernambucano  
realiza mais de 200 júris em  
Semana Nacional

<b>Assunto: TJPE realiza mais de 200 juris em Semana Nacional</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 27/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Tribunal pernambucano realiza mais de 200 júris em Semana Nacional**



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu 282 julgamentos entre os dias 13 e 17 de abril, durante a II Semana Nacional do Júri. As decisões resultaram na condenação de 133 réus autores de crimes dolosos contra a vida – homicídio ou tentativa de homicídio.

A II Semana Nacional do Júri foi instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) para levar a julgamento especialmente réus de processos antigos, referentes a crimes praticados pelo menos cinco anos antes. De acordo com o balanço final do TJPE, além das 133 condenações, 160 réus obtiveram a absolvição pelo conselho de sentença. Dos julgamentos que não puderam ser realizados por diversos motivos, 132 já tiveram nova data marcada.

Para promover a II Semana Nacional do Júri, que envolveu 135 comarcas, o TJPE contou com a parceria do Ministério Público de Pernambuco, da Defensoria Pública e da Secretaria de Ressocialização do Estado (Seres). Magistrados de 1ª, 2ª e 3ª entrância do Tribunal mobilizaram-se para presidir o maior número possível de sessões do júri, com especial atenção voltada às ações mais antigas em tramitação.

“Foi uma mobilização bastante positiva. Tanto que temos uma perspectiva de realizar semanas regionais em Pernambuco, para avançar na realização de júris antes mesmo da próxima Semana Nacional. Além disso, os julgamentos que foram remarcados serão realizados muito proximamente”, salienta o coordenador da Semana do Júri em Pernambuco e gestor da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), desembargador Alexandre Assunção.

<b>Assunto: TJPE elege novos desembargadores para 1ª Câmara Regional</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TJPE elege novos desembargadores para 1ª Câmara Regional**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) elege nesta segunda-feira, a partir das 10h, em sessão extraordinária do Pleno, dois novos desembargadores para atuar na 1ª Câmara Regional do Judiciário Estadual. Na ocasião, também será formada a lista tríplice com nomes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para integrar a Câmara através do Quinto Constitucional.

O acesso dos magistrados ao cargo de desembargador se dará pelos critérios de antiguidade e de merecimento. Por sua vez, a lista com os membros do MPPE será encaminhada ao governador Paulo Câmara, para indicação do nome que ocupará o cargo. Ao final do processo de eleição, a Câmara contará com a atuação de mais três novos desembargadores, formando a 2ª Turma de magistrados escolhidos para o órgão colegiado regional.

Com sede em Caruaru, a 1ª Câmara Regional do TJPE foi instalada em dezembro de 2014 com o objetivo de descentralizar os serviços judiciais de 2º Grau antes concentrados na Capital, no Palácio da Justiça. A unidade começou a funcionar em fevereiro deste ano com a atuação da 1ª Turma de desembargadores nomeados para o órgão, formada por Eudes França, que preside a Câmara, Fábio Eugênio de Oliveira e Carlos Moraes. Os magistrados julgaram de forma monocrática mais de 940 processos, dentre as 2.407 ações distribuídas para o órgão.

A primeira sessão ordinária da Câmara ocorreu no dia 15 de abril, resultando no julgamento de 21 pedidos de habeas corpus e outras 258 ações oriundas de comarcas do Agreste e Sertão. O órgão realiza as sessões todas as quartas-feiras, a partir das 9h, para julgar processos de natureza cível, criminal e fazendária. As sessões da 2ª Turma, formada pelos três novos desembargadores, ocorrerão às quintas-feiras. A Câmara beneficia uma população de 2,3 milhões de habitantes que vivem no Agreste e 1,6 milhão que moram no Sertão.

<b>Assunto: Professores em greve realizam assembleia nesta segunda</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Professores em greve realizam assembleia nesta segunda**

Os professores da rede estadual de ensino permanecem em greve em Pernambuco. Nesta segunda-feira a categoria realiza uma nova assembleia geral para avaliar a paralisação. A reunião está marcada para as 14h no Clube Português, no bairro do Parque Amorim.

Também nesta segunda, a corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve julgar a ilegalidade da paralisação. Desde o dia 20 de abril, o TJPE cobra uma multa diária de R\$ 30 mil ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) pelo não retorno às atividades. No dia 15 deste mês, a Justiça determinou o fim da mobilização e e volta imediata às aulas.

Os trabalhadores cobram a aplicação do reajuste de 14,01% referente ao Piso Nacional dos Professores (13,01%) para todos os professores. Projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no dia 31 de março, prevê o reajuste para menos de 10% da categoria.

Trabalhadores expuseram a representantes do Ministério Público Estadual (MPPE) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), situações de assédio moral que afirmam estar enfrentando desde a deflagração da greve dos professores, no início do mês. A deputada Teresa Leitão entrou com uma representação no MPPE contra o estado. Na quinta-feira passada, professores e estudantes lotaram o auditório da Assembleia Legislativa durante audiência marcada pela Comissão de Cidadania. Durante a reunião, profissionais do magistério de diversos municípios relataram ameaças de demissão e de cortes de salário, além das más condições de trabalho até mesmo em escolas de referência.

Na ocasião, o diretor de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Heleno Araújo, repudiou a portaria emitida pelo Governo Estadual que determina a transferência de 15 professores em greve.

Para a procuradora do Ministério Público do Trabalho Melícia Mesel, os casos apresentados configuram situações de assédio moral. Já o promotor do Ministério Público de Pernambuco Marco Aurélio Farias afirmou que algumas situações podem ser enquadradas também como assédio institucional, ainda não contemplado no direito brasileiro. Essa hipótese ocorre quando a instituição não oferece meios como equipamentos e conhecimento para que o funcionário desempenhe adequadamente sua função, levando o trabalhador a um sofrimento intenso.



<b>Assunto: Liminar suspende provas para concurso de delegado em PE</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 27/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Liminar suspende provas para concurso de delegado em PE**

*Exames estavam marcados para o próximo domingo (26). Provas serão remarçadas após desfecho na Justiça.*

O Governo de Pernambuco informou, nesta sexta (24), que as provas para o concurso de delegado da Polícia Civil, marcadas para o próximo domingo (26), foram suspensas. Nota enviada à imprensa pela Secretaria de Defesa Social (SDS) diz que a decisão foi tomada em função de uma liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública. O comunicado ainda ressalta que os exames “serão realizados em data a ser definida, após desfecho à referida demanda judicial”. O Executivo Estadual não informou se já recorreu da decisão.

A Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco (Adeppe) havia protocolado uma denúncia, em 10 de abril, no Ministério Público de Pernambuco, informando sobre irregularidade na realização da seleção. A entidade alega que a SDS utilizou indevidamente o sistema de dispensa de licitação para contratação de empresa responsável pelo certame. O documento foi entregue ao promotor Mavíael de Souza Silva, coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público. Nesta sexta (24), a 2ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar suspendendo as provas.

O concurso foi lançado em março para preencher 100 vagas de delegado. O salário base é de R\$ 9.969,81, para 40 horas semanais, de acordo com o edital.

<b>Assunto: OAB-PE x Uchoa</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **OAB ataca novamente Uchoa**

A guerra entre a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco e o chefe do Legislativo estadual, deputado Guilherme Uchoa (PDT), promete esquentar. O presidente da OAB, Pedro Henrique Reynaldo Alves, anunciou, ontem, que na segunda atacará a decisão monocrática do presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, de ter reconduzido o pedetista à presidência derrubando a liminar da juíza Mariza Borges.

“Vamos recorrer. Meu jurídico está preparando o recurso e na segunda vamos apresentar”, avisou Pedro Henrique. E desta vez, a ordem dos terá uma carta na manga que será usada contra o parlamentar.

“O recurso será pautado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que já reconheceu que em temas de elegibilidade a lei opera respeito retrospectivo e não retroativo. Portanto, as questões de inelegibilidade são aplicadas de imediato”, disse.

<b>Assunto: Caso Uchôa: OAB-PE recorre à Corte Especial do TJ hoje</b>	
<b>Veículo:</b> JConline	<b>Data:</b> 27/04/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### **Caso Uchôa: OAB-PE recorre à Corte Especial do TJ hoje**

*Até às 18h, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, deve entrar com um recurso na Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para reverter a queda da medida liminar dada pela juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública do Recife*



Guilherme Uchôa, presidente da Alepe  
JC Imagem

O polêmico quinto mandato consecutivo do deputado estadual Guilherme Uchôa (PDT) para a presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco ganha um novo capítulo hoje. Até às 18h, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, deve entrar com um recurso na Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para reverter a queda da medida liminar dada pela juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública do Recife, Mariza Silva Borges. Ela havia acatado a ação civil ajuizada pela OAB-PE, determinando o afastamento do parlamentar do cargo. A liminar também afeta o deputado Eriberto Medeiros (PTC), do cargo de quarto secretário da Alepe.

Essa quebra de braço entre a OAB-PE e o deputado Guilherme Uchôa teve início ainda em janeiro, quando ele despontava como candidato favorito e único à presidência da Casa Joaquim Nabuco. Na ação, protocolada em fevereiro, a OAB-PE alegou inconstitucionalidade na recondução de Guilherme Uchoa à presidência, visto que estava concorrendo ao seu quinto mandato consecutivo para o mesmo cargo. Eriberto Medeiros também assumiu a quarta secretaria pela terceira vez consecutiva. A reeleição, segundo sustenta a ação, contraria a Emenda Constitucional Estadual nº 33/2011, que proíbe que um parlamentar seja reconduzido ao mesmo posto três vezes seguidas.



No dia 16 de abril, a juíza acatou a ação e determinou o afastamento do parlamentar da presidência. Quatro dias depois, contudo, a decisão da magistrada foi derrubada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves. Na sua justificativa, ele argumentou que não seria razoável que “numa fase de cognição precária e convencimento provisório, um chefe de Poder, contra quem não pesa qualquer acusação, com base em interpretação ligeira e discutível de nova norma constitucional local, seja afastado peremptoriamente do cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado, para o qual foi eleito com 38 votos”.

<b>Assunto: Professor da rede estadual decide nesta segunda se continua em greve</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 27/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Professor da rede estadual decide nesta segunda se continua em greve

*Assembleia acontece a partir das 14h, na quadra do Clube Português, no bairro das Graças*



Greve foi deflagrada no dia 13 de abril  
Foto: Ulysses Gadelha / Especial para o JC

Em greve há 15 dias, professores da rede estadual realizam hoje à tarde mais uma assembleia para avaliar o movimento e definir se continuam ou não a paralisação, que começou no dia 13. A reunião será a partir das 14h, na quadra do Clube Português, bairro das Graças, Zona Norte do Recife. A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) vai defender a manutenção da greve. Estudam nas escolas estaduais cerca de 650 mil alunos. São 49.816 docentes: 23.165 ativos e 26.651 aposentados.

“A categoria permanece muito indignada, apesar de um pequeno refluxo nas escolas. O grau de revolta aumentou ainda mais nos últimos dias quando os professores conferiram seus contracheques e verificaram os descontos dos dias de greve”, destaca o presidente do Sintepe, Fernando Melo. “Não faz sentido acabar a greve se não temos nenhuma proposta do governo, não temos o que avaliar”, complementa.

Segundo ele, os valores descontados variam de R\$ 50 a R\$ 1.500. O docente que não aderiu ao movimento receberá salário quarta-feira. Aqueles que participam da paralisação só terão o vencimento depositado em conta no dia 5 de maio.

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco pode julgar hoje o pedido do governo de considerar a greve ilegal. A Justiça determinou a suspensão da paralisação, medida que vem sendo descumprida por parte da categoria. Por cada dia de descumprimento da ordem judicial, o Sintepe vai pagar multa de R\$ 80 mil. A última

greve dos docentes foi em 2009 e durou 23 dias. O Estado já anunciou que só negocia quando a categoria voltar ao trabalho.

<b>Assunto: STJ nega retorno de vereador Eduardo Cantarelli à Câmara de Caruaru</b>	
<b>Veículo: NE10</b>	<b>Data: 27/04/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## STJ nega retorno de vereador Eduardo Cantarelli à Câmara de Caruaru



Parlamentar é investigado por corrupção  
Foto: Divulgação/CMVC

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou nessa quinta-feira (23) o recurso que pedia o retorno do vereador Eduardo Cantarelli (SDD) à Câmara de Vereadores de Caruaru, no Agreste de Pernambuco.

O parlamentar está afastado desde a determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e deve permanecer até ser julgado na IV Vara Criminal de Caruaru. A decisão cabe recurso.

O vereador é investigado junto com outros nove parlamentares por suspeita de corrupção. Os vereadores teriam cobrado propina para aprovar projeto enviado pelo executivo, orçado em R\$ 250 milhões. Os vereadores permanecem afastados e continuam recebendo os salários.